

ATUAÇÃO DA LIGA ELEITORAL CATÓLICA NA FORMAÇÃO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1933.

LEITE, Filipe de Faria Dias (FHDSS-UNESP/Franca)

A análise da década de 1930, no Brasil, exige um breve recuo sobre a história da República Velha, período em que a política brasileira se encontrava sob a hegemonia dos políticos da conhecida “Política do Café com Leite”, com a participação alternada de São Paulo e Minas Gerais na presidência nacional. Essa política manteve o poder alinhado junto às oligarquias, com base em uma economia centralizada no cultivo do café, principal produto de exportação brasileiro no período.

A Revolução de Outubro, em 1930, se apresentou como reação aos descontentamentos dos diferentes setores da sociedade brasileira com a política vigente, vindas desde os anos “20”, quando o Partido Democrático apontou a necessidade da extinção da “Política do Café com Leite”, e ficou resguardado dentro de uma maquiagem liberal, mas com evidente caráter conservador e reacionário¹.

Demasiada inocência seria acreditar que a Igreja Católica, instituição presente no Brasil desde o descobrimento, estaria de fora da passagem da monarquia para a república brasileira. Tivemos a distribuição dos católicos em duas correntes de pensamento, a monarquista, que questionava a legitimidade da república, ligados ao pensamento ultramontano², e a republicana, alimentada por ideologias liberais, julgando a república como o regime do progresso³.

A Constituição de 1891, organizada depois da proclamação da república, apresentava um texto pouco aceitável para a Igreja Católica, devido a suas características laicas. Mesmo descontente, a Igreja Romana foi se embrenhando no status quo governamental.

Na transição da década de 1920 para a de 1930, no Brasil, eventos políticos e sociais foram abundantes para a pesquisa e discussões historiográficas. Contudo, em busca da síntese, devemos vincular nosso debate a nossa proposta, e nesse sentido a questão política do período se tornou o foco dessa discussão, relacionada à crise econômica advinda do declínio do preço do café, além do crescimento das camadas médias trabalhadoras, desejosas de alterações políticas, alternativas ao sistema político oligárquico vigente, representado pela política do café-com-leite.

¹ BEZERRA, H. G. **O jogo do Poder: Revolução Paulista de 1932**. São Paulo: Moderna. 1988. p. 11

² Filosofia do Catolicismo conservador entre 1800 e 1960, conceito de autocompreensão da Igreja Católica desenvolvido por Ivan Aparecido Manoel em “O Pendulo da História”.

³ Lustosa, O. F. *A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889 – 1989)*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1991. p. 23

Segundo Carmo (1998), o período anterior à década de 1930, caracterizado por eventos relevantes para a História do Brasil, foi marcante pelo choque de gerações, tanto no modo de pensar como no de agir. Tal conflito provém das décadas de 1920 e 1930, marcado pela busca da identidade nacional, iniciada com a Semana de Arte Moderna, em 1922. Nesse período a cultura recebeu influência do Modernismo, quando se inaugurou a “gênese do Moderno”, com a introdução de novos hábitos, pontos de vista, e diagnósticos. Esse modelo serviu para gerações, sobretudo, questionarem as tradições e instituições republicanas.

Entre 1910 e 1930, tivemos um período de aproximação entre Estado e Igreja Católica, que aconteceu por etapas, primeiro com a tentativa de organização de partidos políticos católicos⁴, ou mesmo no controle dos programas e ação da população no congresso pela Liga Eleitoral Católica em 1933, experimentada por Don João Batista Correa Néri⁵. Outro sinal desse reencontro aconteceu em 1925, quando o Presidente Artur Bernardes tentou uma reforma constitucional, e a Igreja Católica buscou introduzir pontos que flexibilizassem a posição do Estado frente ao ensino religioso, facultativo nas escolas públicas desde a constituição de 1891.

A LEC⁶ foi uma iniciativa de Heitor da Silva Costa, nas diretrizes do Cardeal Don Sebastião Leme, para modelar a organização da ação católica do Rio de Janeiro. Essa proposta foi instituída em 8 de setembro de 1932 por todo o Brasil, com o objetivo de analisar o maior e melhor número de Católicos para as futuras eleições, e apoiar os candidatos católicos a ocuparem os cargos de Deputados Estaduais, que aceitassem o programa de defesa da doutrina social da Igreja. Para o debate ideológico da construção da LEC é necessário estar atento para os fatos políticos ocorridos para que ela fosse constituída. Nesse contexto, é necessário entender que a eleição presidencial de março de 1930 foi fundamental, pois o candidato paulista Júlio Prestes venceu seu adversário político Getúlio Vargas no pleito, o que seria a continuidade da política vigente, conhecida como “política do café com leite”.

Contudo, por vias não democráticas, Getúlio tomou o poder do então presidente, o também paulista, Washington Luís. Esse evento liderado por Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha, comandante militar da Aliança Liberal, uma coligação partidária

⁴ Exemplo desses esforços foi a organização do Partido Regenerador na cidade de Mariana (MG) entre 1908 e 1911.

⁵ Lustosa, O. F. *Op. Cit.* pp. 31 – 32

⁶ Liga Eleitoral Católica

oposicionista, que estava impregnada com os ideais de reformas burocráticas e éticas vindos do catolicismo, que integraram o programa de governo do movimento.

A organização partidária oposicionista teve como característica a heterogeneidade, visto que em seu ideal apresentavam-se temas relacionados a justiça social e liberdade política. Seu segmento propôs também reformas no sistema político, sobretudo o eleitoral, observada a fragilidade do setor no pleito de 1930. Outro importante setor da aliança lutava pela anistia aos presos políticos, direitos sociais, em particular no sistema trabalhista, e a diversificação da economia, através do incentivo de outras culturas além do café⁷.

Nesse mesmo ano tivemos um período de vitórias políticas católicas, pois o Estado necessitava da legitimação da Igreja Católica para superar seu período de instabilidade política, e a Igreja aproveitou esse momento para cobrar dividendos políticos, pautada na capacidade de arregimentar as massas. Para tanto, a figura de D. Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, se projetou como um mediador para a paz, controlando a onda revolucionária de 1930, aproximando-se de Getúlio Vargas, e juntos estabeleceram as relações entre política Católica e Estado de 1930 a 1945.

Entre estado e Igreja vai desenvolver-se uma aliança implícita, na qual os termos e o alcance do relacionamento mútuo não são discutidos, mas as duas instituições sabem exatamente o que desejam e o que pretendem. E ainda mais: uma e outra tem consciência de que são necessárias negociações e concessões recíprocas na tentativa de conseguir seus objetivos. (LUSTOSA, O. F. *A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889 – 1989)*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1991. pp. 49 – 50)

A Igreja passou a dialogar e negociar com o Estado, com objetivo final de fortalecer as linhas de ação e programação da política eclesial com relação ao poder civil ou ao próprio Estado. A estratégia do clero foi adaptar-se às situações em busca da meta principal, a influencia direta da matéria religiosa sobre a sociedade, através de sua instituição e na formação escolar.

⁷ FERREIRA, J., DELGADO, L. A. N.(orgs.) **O Brasil Republicano**. O tempo do nacional - estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 16

Usando como pano de fundo a força de pressão social de que dispunha, a Igreja podia pensar, concretamente, nos passos a dar para não apenas defender-se dos adversários, mas para colimar as metas em pauta do seu programa de cristianizar a legislação. O movimento não podia ser mais oportuno e apropriado. O governo provisório deveria, por bem ou por mal, convocar a assembléia e preparar a constituição da nova república (1933 – 1934) (LUSTOSA, O. F. *A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889 – 1989)*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1991. p. 51)

Prevendo a constituinte, D. Sebastião Leme montou um esquema de operações baseado na reconstrução da “Ordem Cristã”, estabelecendo que essa reconstrução só se faria com sólidos alicerces morais, vinculando aí a preocupação da hierarquia católica com o ensino religioso nas escolas públicas. Na prática, a Igreja Católica formou uma Comissão Central para discutir o Código Civil e Penal, a Lei Eleitoral, ensino religioso, e a defesa dos direitos da família. Para concretizar essa etapa era necessário para a Igreja ter pessoas de confiança no congresso, onde foi instalada, pela mesma Comissão Central, a Liga Eleitoral Católica (LEC), que colocou no Congresso Nacional um grupo de pressão para conduzir as exigências religiosas, o destino das eleições de 1933, e a ação da Assembléia Constituinte de 1934⁸.

[...] Pela educação dos sentimentos a Patria será uma comunhão de servidores e não uma commandita de interesados. Patria dos que APRENDERAM A CRER antes de aprender a ler.

PATRIA QUE SE NUTRIU DA PALAVRA DO MISSIONARIO, O PRIMEIRO MESTRE DO POVO BRASILEIRO.

Não cabe outro mister aos pregoeiros da Educação nacional. [...] (PINTO, H. S., Revista A Ordem, nº 23, ano XIII, 1932, p.66).

Por vezes a Igreja Católica acusou a administração de Vargas do fracasso governamental, centrada no vazio de concepções políticas dos chefes revolucionários, não a distinguindo dos adversários vencidos pela Revolução de 30 quanto sua ideologia, pois ambas eram idênticas em conteúdo. A prerrogativa da Igreja, para tal atitude, pautou-se na necessidade do Clero, antigo espectador da política, utilizar seu

⁸ LUSTOSA, O. F. *A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889 – 1989)*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1991. p. 53.

direito cívico atuando na política para defender os interesses eclesiásticos na educação.

A outorga de uma Constituição para o paiz equivale, sem a menor duvida, a um passo seguro para a rechristianisação da nossa nacionalidade. (REVISTA A ORDEM. PINTO, H. S. n° 24, 1932. p. 142).

A necessidade da constituição passou a ser o foco de atenção da Igreja Católica no início dos anos 30, pois ela seria, segundo Sobral Pinto, capaz de evitar desordens, permitir a tranqüilidade sobre os espíritos, a moralidade administrativa, e a prosperidade do país. Sem a vigência da lei não era possível construir a paz social e a harmonia dos corações. A reforma da constituição era necessária, e deveria seguir a da Constituição de 1891, exceto nas características laicas.

Para a Igreja Católica, a paz, e a reconstrução da nacionalidade, foram pontos fundamentais para o período, feitas sem sofrimento ou resignação das massas, mas pela serenidade do povo, conduzidos pelos chefes naturais dentro dos princípios da dignidade Cristã. Contudo, a política nacional esteve dependente apenas da vontade de Getúlio Vargas, desarticulada em qualquer atividade social nacional, seja ela religiosa, administrativa, política, industrial, comercial, das letras, ou artes. Sua administração enfatizou o caráter regional, imposta pela personalidade do Governo de Getúlio, o que alarmou a Igreja Católica.

Essa inquietação no período centralizador de Vargas deteve-se sobre o socialismo, combatido pelo catolicismo mundial. No Brasil não foi diferente, visto que o comando político de Vargas contou com partidários do socialismo, aquele criterioso, verdadeiro, como evidenciou o Ministro da Viação José Américo, no dia 16 de outubro de 1932 no jornal Correio da Manhã, “Eu, dentro de certos limites, posso considerar-me um socialista, que crê num regimen criterioso. É natural que me refiro ao verdadeiro socialismo [...]”. O catolicismo temeu por esse caminho político, e caracterizou a necessidade da introdução do espírito cristão em todos os atos públicos nacionais, que não admitia a doutrina socialista⁹.

⁹ REVISTA A ORDEM. PINTO, H. S. **Chronica Politica**. n° 33. Novembro – 1932. pp. 379 – 381.

Se os actuaes dirigentes, que conduzem a Nação brasileira, desejam, realmente, trabalhar pelo seu engrandecimento, acolhendo e amparando todas as forças moraes e sociaes, cujo desenvolvimento fazem as nações felizes, o que lhes cumpre fazer, nesta hora que dizem ser de renovação de valores, é introduzir, como nos primeiros tempos da nacionalidade, o espirito christão em todos os actos da vida publica do paiz. Passem ao largo da ideologia socialista, gerada pelo espirito odiendo de classe, e abracem, obedientes ás tradições brasileiras, o symbolo generoso da Cruz de Jesus Christo, cujos braços, immensos e infinitos na sua caridade, se estenderam, desde a primeira hora, sobre o vasto territorio nacional. (REVISTA A ORDEM. PINTO, H., S., nº 33, 1932. p. 382).

Nesse sentido, de introdução do espírito cristão na política, a Igreja Católica não apontou a solução dos problemas políticos vagamente, mas demonstrou a forma de construção desse espírito. O trabalho deveria ter início na própria política, com o fim da laicidade obrigatória do ensino público nacional, instituída na constituição de 24 de fevereiro de 1891. A espiritualização da educação foi a maneira, enfatizada pelo Catolicismo, para espiritualizar a política federal. Essa finalidade da Igreja contou com métodos pedagógicos modernos para a época, pautados na “pedagogia nova”, que se estruturou no espírito da escola Católica, compreendida e praticada assim. O centro de ação da “pedagogia nova” seria coibir e impedir os males da “nova pedagogia leiga”, através da “Associação dos Professores Catholicos”, para incentivar o progresso da educação pública no Brasil, e primar o valor do ensino da religião sobre as demais disciplinas escolares, que por esse método pedagógico, iniciavam-se as almas na doutrina, na moral e no culto, preparando-as para a vida.

Só mesmo uma acção pertinaz e corajosa, que reuna a competencia technica indispensavel a uma base philosophica sadia, pode livrar o Brasil do descalbro que será o ensino puramente “technico”, sem nenhuma base moral e religiosa. Só a espiritualização do ensino, pela união dos novos methodos pedagogicos dos ideaes Moraes do christianismo, pode impedir que o prurido de reformas, que ultimamente tem distinguido os nossos pedagogos não venha a degenerar num verdadeiro desastre para a nacionalidade brasileira e

para a felicidade das novas gerações. (REVISTA A ORDEM. REDACÇÃO. n° 34, 1932. pp.405 – 406).

Frente tal situação política, as conclusões da Igreja Católica sobre no ano de 1933 foram claras e enfáticas. A primeira delas foi que a Revolução de Outubro precisava ser vencida, contudo, não por meios revolucionários, e a necessidade da definição do espírito público nacional, saindo do estado caótico apresentado antes de 1933. As necessidades de ordem e estabilidade políticas e sociais foram também pontos centrais das conclusões eclesiais.

A instituição eclesial mostrou que os católicos brasileiros deveriam trabalhar para que a política nacional se transformasse, através das eleições firmadas para 1934. Esses políticos careceriam ser substituídos, nos meios legais, por homens que reconhecessem a necessidade de construir a sociedade do futuro em alicerces espirituais. O dever dos católicos foi o voto consciente, pautados na Liga Eleitoral Católica.

Contudo, essa intervenção dos Católicos não se daria por partidos políticos, mas a escolha dos candidatos relacionou-se aos princípios individuais dos candidatos, o dever de fé e patriotismo. Essa tipologia dos candidatos apoiados pela LEC foi premeditada, com o objetivo de fundamentar as futuras leis, instituídas pela Assembléia Constituinte, aos princípios cristãos. Entretanto, não somente ao catolicismo, mas a toda nacionalidade que não fosse oligarca, sectária, sem expressão, ou duradoura. A Igreja Católica Brasileira mostrou que também havia a necessidade da definição do espírito público nacional, saindo do estado caótico evoluindo para a ordem e estabilidade políticas e sociais. Esses pontos poderiam ser sanados, ou definidos através da fé católica, com a presença da Igreja junto ao Estado, via espiritualização da educação, como forma de cristianizar a política federal.

Essa formação eleitoral não excluiu São Paulo, e o Clero paulista também influenciou seu público para eleger em os candidatos Católicos para a Assembléia Nacional Constituinte, que se realizou pouco após o Movimento Constitucionalista de 1932 em todo o Brasil. Esse último ponto foi um objetivo da Igreja, que com os Católicos dentro da Assembléia Constituinte, uma constituição que se adaptasse às necessidades brasileiras, entre elas as necessidades dos católicos, fosse produzida com características genuínas nacionais.

Referências Bibliográficas

- DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem: a doutrina Católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)*. 1ª ed. São Paulo: Unesp. 1996.
- FAUSTO, B. **A revolução de 1930**. Historiografia e História. 10ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1986.
- LIMA, Alceu Amoroso. *O sentido de nossa vitória*. Revista A Ordem, jul/dez. 1934. pp. 3 – 11.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *A Igreja e o Integralismo no Brasil: 1932 – 1939*. In: Revista de História, São Paulo FFCL/USP, vol. 54, nº 108, 10/12/1976. pp. 503-532.
- _____. *A Igreja Católica no Brasil República: cem anos de compromisso (1889 – 1989)*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1991.
- MANOEL, Ivan Aparecido. *A presença Católica na educação brasileira: 1859 – 1959*. In: Revista Didática. v. 28. São Paulo: Ed. Unesp. 10/12/1992. pp. 25-39.
- _____. *O Pêndulo da História: a filosofia da História do Catolicismo Conservador (1800 – 1960)*.
- MICELI, S. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1988.
- PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. 4ª ed. São Paulo: Paulus, 1983.
- SCHWARTZMAN, Simon. *A política da Igreja e a Educação*. In: Religião e Sociedade (CER / ISER), nº 13, v. 1, março de 1983. pp. 108 – 127.
- SILVA, Hélio. *1934: A constituinte*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1969.
- VILLARCA, Antônio Carlos. *O Pensamento Católico no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1975.
- WEILER, Anton. *História Eclesiástica e autocompreensão da Igreja*. In: *Concilium*, nº 57, 1971/7.
- WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX*. São Paulo: Ática, 1987.